

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial- Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 5 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-233-0
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.330210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ESCOLA NA PRISÃO OU A PRISÃO NA ESCOLA: CONCEITOS EDUCACIONAIS NOS CONTEXTOS PRISIONAIS

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Rita de Cássia da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109071>

CAPÍTULO 2..... 10

A LUDICIDADE NA PRODUÇÃO DE JOGOS COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MANOEL GOMES

Lucimar Brito da Silva Mayer Lira

Gabriel de Miranda Soares Silva

Verônica Ramos de Assis Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109072>

CAPÍTULO 3..... 18

A OBSERVAÇÃO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA

Alcindo Ferreira Mendes Neto

Marla Camille Carvalho de Oliveira

Francisco Diogo Lopes Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109073>

CAPÍTULO 4..... 26

LETRAMENTO EM MARKETING EM AVALIAÇÕES DO 3º. CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jônio Machado Bethônico

Daniella Milagres Henriques Amaral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109074>

CAPÍTULO 5..... 46

O ENSINO-APRENDIZAGEM DO LÉXICO POR UMA PERSPECTIVA CULTURAL

Lúcia Helena Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109075>

CAPÍTULO 6..... 57

RESIDÊNCIA EDUCACIONAL: NOVA DIRETRIZ PARA OS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Maria Lucia Morrone

Marina Ranieri Cesana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109076>

CAPÍTULO 7	69
O TRABALHO COM O TERRITÓRIO EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Valter de Almeida Costa  https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109077	
CAPÍTULO 8	82
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: MINICURSO SEGURANÇA, ÉTICA E CIDADANIA NA INTERNET Taita Lima do Nascimento Claudia Ferreira de Almeida  https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109078	
CAPÍTULO 9	90
A EDUCAÇÃO DOS JOVENS ENTRE A LIBERDADE E A AUTORIDADE: REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE OS ADELFO DE TERÊNCIO Marcello Peres Zanfra  https://doi.org/10.22533/at.ed.3302109079	
CAPÍTULO 10	104
IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CAMPUS SÃO ROQUE (SP) Márcio Pereira Iohana Barbosa Pereira Frank Viana Carvalho  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090710	
CAPÍTULO 11	116
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E INOVAÇÃO METODOLÓGICA: OFERTA PARA DISCIPLINAS PRESENCIAIS Luciana de Lima Robson Carlos Loureiro  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090711	
CAPÍTULO 12	128
OU SO DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO DIDÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM Sérgio Alberto Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090712	
CAPÍTULO 13	143
SATISFAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALTAMIRA-PA Jakson José Gomes de Oliveira Ana Lúcia Almeida de Oliveira José Luis Speroni  https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090713	

CAPÍTULO 14.....	152
DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM PLENA PANDEMIA: CONCILIAÇÃO É UMA POSSÍVEL SAÍDA	
Gualter Cres Fernandes Matheus Cres Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090714	
CAPÍTULO 15.....	163
A MONITORIA NA FORMAÇÃO DOCENTE DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL	
Amanda dos Santos Almeida Simone Braz Ferreira Gontijo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090715	
CAPÍTULO 16.....	173
A QUALIDADE COMO EVOCAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO COMO IMAGEM DOS ATORES	
Tuca Manuel	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090716	
CAPÍTULO 17.....	185
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO E CARREIRA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	
Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090717	
CAPÍTULO 18.....	197
DESNATURALIZAÇÃO, ESTRANHAMENTO E A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: POSSIBILIDADES ATRAVÉS DA POÉTICA/TEATRO DO OPRIMIDO DE AUGUSTO BOAL	
Wiliam Marques Dias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090718	
CAPÍTULO 19.....	210
UM OLHAR ETNOMATEMATICO SOBRE AS DIMENSÕES SOCIOCULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO MARANHÃO	
Sérgio Roberto Ferreira Nunes Márcia Cristina Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090719	
CAPÍTULO 20.....	225
“MAS, POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?”: ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDAS PELO GEPTE/UFMT	
Anatália Daiane de Oliveira Ramos Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo Edson Caetano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090720	

CAPÍTULO 21	236
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA (RE)PENSAR A EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO 4.0	
Cláudia Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090721	
CAPÍTULO 22	251
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: AS PINTURAS MURAIS DA ANTIGA PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
Rogério Machado	
Tainá Gomes dos Santos	
Gabriella de Melo Rabelo	
Maisa da Silva Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090722	
CAPÍTULO 23	270
NEOLIBERALISMO: O NEOSSUJEITO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Chayene Straykyver Pastori de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090723	
CAPÍTULO 24	278
IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ANÁLISE E DESAFIOS (1980-2015)	
Ivan da Costa Ilhéu Fontan	
Renata Guimarães de Oliveira Fontan	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090724	
CAPÍTULO 25	291
A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS NA EXPANSÃO DO ENSINO PRIVADO EM ALAGOAS	
Gabriel Soares de Azevedo Filho	
Jacy de Araújo Azevedo	
Ana Carolina de Araújo Azevedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.33021090725	
SOBRE O ORGANIZADOR	302
ÍNDICE REMISSIVO	303

CAPÍTULO 16

A QUALIDADE COMO EVOCAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO COMO IMAGEM DOS ATORES

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão 05/04/2021

Tuca Manuel

Instituto Superior Politécnico Jean Piaget –
Departamento de Ciências Sociais
Benguela/Angola
<http://orcid.org/0000-0003-2150-6687>

RESUMO: Uma investigação acabada sobre Cultura(s) Organizacional(ais) da Universidade Pública de Angola (2008-2013) assente no paradigma interpretativo por via da entrevista semiestruturada e do inquérito na escala de *likert* serviu de base para conferir, em que medida a regulamentação pode assegurar a qualidade do ensino em Angola? Inquiridos os docentes e gestores escolares pode-se referenciar que as organizações complexas enredadas pelo racionalismo burocrático e pela *práxis* social, os seus fins e os seus objectivos não deixam de estar condicionados pela autonomia do decisor. Uma observação permanente e orientada pela hermenêutica às atuais regulamentações sobre as carreiras docentes do ensino universitário e não universitário tem vindo a desvelar um arquétipo decisional meio desconforme com os problemas que têm sido, oficialmente assumidos em relação à qualidade do ensino em Angola. Os normativos, tendencialmente de correção, refletem mais a preocupação com o formal por via do qual procura-se o bem-estar e o *status* socioeconómico dos atores, diferentemente, da dimensão coletiva de

estabelecer um sistema educativo voltado para o desenvolvimento do capital cultural. As forças e as limitações dos decisores vêm quase sempre subsumidas nas normas, como a expressão das subculturas societais para as quais toda a comunidade educativa e a sociedade em geral, são, por imperativo da racionalidade burocrática, impelidas a enveredar, independentemente do alcance da missão oficial e formal do sistema, em nome da lógica de confiança institucional.

PALAVRAS - CHAVE: Cultura Organizacional; Estatuto da Carreira Docente; Regulamentação e Tomada de Decisões.

QUALITY AS EVOCACTION AND REGULATION AS THE IMAGE OF THE ATORS

ABSTRACT: A finished investigation on Organizational Culture (s) of the Public University of Angola (2008-2013) based on the interpretive paradigm through the semi-structured interview and the Likert scale survey served as a basis to check, to what extent the regulation can ensure the quality of education in Angola? Asked by teachers and school managers, it can be said that complex organizations enmeshed by bureaucratic rationalism and social praxis, their ends and objectives are still conditioned by the autonomy of the decision-maker. A permanent observation and guided by hermeneutics to the current regulations on teaching careers in university and non-university education has been unveiling a decisive archetype that is somewhat out of step with the problems that have been officially assumed in relation to the quality of education in Angola. The norms, which tend to be correct, reflect more the concern with the

formal through which the well-being and socioeconomic status of the actors are sought, unlike the collective dimension of establishing an educational system aimed at the development of cultural capital. The strengths and limitations of decision-makers are almost always subsumed in the norms, such as the expression of societal subcultures to which the entire educational community and society in general, are, by imperative bureaucratic rationality, impelled to embark, regardless of the scope of the mission. official and formal use of the system, in the name of the logic of institutional trust.

KEYWORDS: Statute of the Teaching Career; Organizational Culture; Regulation; Decision Making.

1 | INTRODUÇÃO

Atentos às inquietações do Estado angolano quanto à qualidade do ensino nacional, conforme a Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSEE), tem-se procurado conferir, teoricamente, a convergência entre as inquietações e as potenciais soluções que se formulam. Para além da dimensão infraestrutural, os quadros, especificamente os docentes são apontados como o foco das apreciações e das culpabilizações, mas nunca a própria administração e gestão do sistema. Visualiza-se nos discursos e nas ações, uma tendencial desculpabilização política quando se observam as lógicas subjacentes às soluções estabelecidas pelos normativos, maioritariamente, eivadas pelo paradigma sociológico instrumental.

O facto de o principal modelo decisional ao alcance do poder autoritativo - Ministério da Educação (MED) e Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) assentar no normativismo (Despachos, Leis, Decretos e Instrutivos), faz com que a (re)construção sócio-construtivista dos processos e do sistema educativo sejam escassos. E mais, ao arripio do império da lei, os atores enredados pelos isomorfismos, coercivo e normativo convocam as *culturas societais*, enquanto assimilação cultural precedente e enformam os processos e os resultados educacionais, independentemente da perspectiva formal e oficial em relação à qualidade.

Uma hermenêutica feita a partir da LBSEE e dos Estatutos das Carreiras Docentes (ECD), seja do ensino geral, como do ensino superior permitiu concluir que, apesar da qualidade do ensino nacional se constituir numa preocupação do Estado, as soluções encontradas para a sua garantia nunca deixam de representar as trajectórias sócio-profissionais e académicas dos decisores. Mesmo arguindo o determinismo das regras do funcionalismo público, a retomada de práticas precedentes, quando convenientes e a escusa de novas regras, quando limitam, faz com que a regulamentação adoptada para a concretização de novas soluções de garantia da qualidade seja uma representação da imagem das gerações precedentes.

21 A QUALIDADE DO ENSINO COMO REFLEXO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Se a cultura organizacional é segundo Schein (1985, p. 6), um conjunto de “pressupostos básicos” que se inventam para permitir a adaptação externa e a integração interna, ou ainda, “um produto da aprendizagem da experiência do grupo”, só um grupo que experimentou a qualidade é capaz de adotar procedimentos e ações que garantam a qualidade. Em Angola enuncia-se, publicamente, a validade da “quarta classe do colono” quase acima da graduação, o mesmo se diz em relação à “oitava classe” da República Popular de Angola. São enunciações que refletem uma cultura organizacional cuja regulação estatal focava, tendencialmente, os fins do sistema nacional do ensino.

Apesar de descender do *senso lato*, essas analogias indicam que a precedência formativa assegurada por profissionais de educação no âmbito da administração colonial e da administração revolucionária garantiam uma formação, tendencialmente, de qualidade. A qualidade é, portanto, uma construção sócio-organizacional que decorre da socialização entendida como pressuposto nuclear da cultura organizacional que, na época, procurava estabelecer um sistema de educação e ensino correspondentes às preocupações do desenvolvimento econômico da colônia e da consolidação da soberania revolucionária da República, respectivamente.

A introdução do autogoverno por Decreto n.º 2/95, de 24 de março, na Universidade Agostinho Neto (UAN) por analogia a todo o ensino superior no país, não foi suficiente aferir as “regularidades comportamentais observadas”, enquanto “normas que envolvem grupos valores dominantes expostos pela organização” (Schein, 1985, p. 6). Pois, a liberdade prévia e a autonomia individual enquanto âncoras do autogoverno requeriam, precedentemente, uma assimilação e socialização organizacionais. Os atores escolares passaram, deste modo, a recriar a filosofia que os orientava, apoiados nas regras de jogo que se compaginavam com as suas caracterizações (forças e limitações) e, em momento algum, tais regras colocariam em causa as suas limitações, salvo se externamente convencionadas ou se a universidade fosse, suficientemente, controlada e as regulamentações expressassem as devidas impessoalidades.

Os apelos institucionais e soberanos centrados no *slog* “ensino superior de qualidade”, quanto mais recomendam soluções de natureza racionalista sem a devida ponderação do sócio-construtivismo que (re)cria a cultura organizacional, tornam-se irrelevantes perante as evidências contextuais da gestão dos ECD. A prática tem vindo a demonstrar que a gestão das carreiras docentes (universitária e não universitária) vem sendo a fonte objetiva da socialização organizacional, tendo como consequências, a manutenção de uma identidade que reflete a imagem e a semelhança das gerações precedentes e o alcance do *status* socioeconómico. Ou seja, independentemente da concretização compósita da missão do ensino superior (ensino, investigação e extensão),

estas gerações gradaram na carreira e tiveram sob sua ação as gerações, que assumiram nos subsistemas precedentes, a missão de ensinar os novos efetivos a ingressar no subsistema do ensino superior.

No seu discurso sobre o Estado da Nação, o Presidente da República José Eduardo dos Santos (2014) reconheceu expressamente o seguinte:

[...] no ensino superior, o número de estudantes foi da ordem dos 217 mil [...] o que quadruplicou o nível do ano de 2000. Esta verdadeira revolução quantitativa carece agora de uma revolução qualitativa, convergente com as prioridades do nosso desenvolvimento. Precisamos de mais e melhores professores, de melhorar os métodos de ensino e de avaliação mais rigorosa e objectiva nos cursos de ensino médio e profissional, em particular, e no ensino superior, de modo a não formarmos jovens que não consigam emprego por falta de competências ou que acabem por aceitar o sub-emprego (Santos, 2014, p. 10-11).

Como expectável, a administração e a gestão do MESCT saíram “ílesas” e assumiram a recomendação de projetar medidas de superação que não escaparam do normativismo. Em termos de carreiras profissionais, muitos dos detentores do poder político das tutelas (Educação e Ensino Superior) à semelhança das Instituições do Ensino Superior (IES) são professores e enquanto decisores têm a maior possibilidade de metamorfosear-se nestas mesmas decisões. É deste modo que assumiram-se como sendo os “melhores professores [chamados a] melhorar os métodos de ensino e de avaliação mais rigorosa e objectiva nos cursos” (idem, p. 10), embora o desvio efetivo tivesse a ver em parte, com a administração e a gestão das instituições. Poderiam até ser os “melhores professores”, mas face ao problema diagnosticado não serão, necessariamente, os melhores administradores e gestores em decorrência do modelo decisional adotado (revisão dos ECD).

As trajetórias sócio-profissionais e académicas de muitos desses atores nos níveis de decisão descendem de uma cultura organizacional pouco relevante em relação à almejada qualidade do ensino. Como tal é pouco crível que assegurem uma “revolução qualitativa, convergente com as prioridades do [...] desenvolvimento” (ibidem), devido aos mecanismos precedentes de socialização organizacional, algo ínvios em relação à acessão aos postos e às categorias. Longe de uma evocação vocabularista, a qualidade de processos sociais é diretamente proporcional às decisões que se tomam para a sua concretização. Woods (1998) sugere que essas focalizem: (i) *o sistema* – o dinamismo, o risco, a incerteza e as exigências da tarefa; (ii) *os operadores* – o número de agentes envolvidos e as relações hierárquicas entre eles; (iii) e *as intermediações institucionais* que compreendem a lógica do produto.

Um produto que é coletiva e conscientemente engendrado com base em parâmetros interpretativos e sócio-críticos da realidade difere-se, obviamente, daquele que é consciente e racionalmente projetado pelas instâncias decisórias baseadas em metas institucionais formais. Tudo porque, “o processo de tomada de decisões no contexto da universidade

atravessa, impreterivelmente, as concepções de autonomia, enquanto construção histórica com características culturais, económicas e políticas” (MANUEL, 2013, p. 465). Tal faz com que a realidade histórica do ensino superior em Angola apresente fundamentos escassos que encorajam a implementação de uma revolução qualitativa. Se, por um lado, a limitação deriva da percepção difusa da autonomia institucional (decretada, individual e sócio-organizacional), por outra e de forma substancial, a escassez das liberdades prévias dos atores que condicionam as autonomias individuais.

Há um conjunto relacionado de pendências inerentes às lógicas de distribuição do poder visualizado pela forma como os atores se posicionam nas instituições, como alcançaram as categorias detidas na carreira e outros até, como atingiram os graus académicos ostentados. Essa situação permite conferir a relação entre a qualidade do ensino e a cultura organizacional reforçada pelo índice de pobreza. Ou seja, quando se espera por uma decisão normativa que procura a qualidade do sistema, decide-se para acomodar socioeconomicamente os atores (elevação de categorias e de remuneração), como se a qualidade do sistema fosse condicionada, unicamente, pelo *status* socioeconómico. Com certa frequência, as respostas estatais para a inversão das carências sociais enreda pelo utilitarismo que procura elevar o *status* socioeconómico dos atores, por via de indicadores como: diploma e funções detidas na administração pública, independentemente da qualificação e da regra da profissionalidade docente que recobre a carreira.

O imediatismo assimilado pelos atores que integram o sistema educativo nacional por conta das benesses estabelecidas para o *capital* diploma, em sede das carreiras sujeitas à administração pública direta, reduz a relevância do *capital cultural*, enquanto conhecimento emancipatório detido pelos indivíduos. A assunção da “revolução quantitativa” e a linearidade para a inversão positiva da situação, sem um diagnóstico mais acabado induzem a lógica de que a quantidade precedente, mesmo sem qualidade, detém competência para assegurar a “revolução qualitativa” subsequente. A esse respeito, Coêlho (2003, p. 125) refere que as quantidades podem “ser produzidas, às vezes de formas que estão longe de serem reconhecidas como éticas, responsáveis e condizentes com a realidade e a verdade”, o que o normativismo, enquanto fórmula monolítica decisional está longe de conferir.

Os ECD e os Estatutos Remuneratórios Nacionais (ERN) elaborados com certa perfeição para responder aos princípios, tendencialmente, sindicais quase que incidem sobre a acomodação dos atores que da sociedade no geral. Tal legitima os hiatos entre a apelação da qualidade e as decisões que se tomam para pretensamente alcançá-la (legislativas), devido ao ténue escrutínio da transição entre a ética coletiva e os interesses hegemónicos instalados nos níveis decisoriais. Representativamente, os decisores e beneficiários das decisões, acomodam-se blindando as gerações subsequentes, passando essa, a ser essa a marca definidora das normas para justificar a implementação da qualidade.

Esta desconexão não constitui um acaso, mas uma construção histórica assimilada

que se enlaça entre as pressões do contexto, as respostas organizacionais e o voluntarismo normativista, recobrando as forças e as limitações dos atores, em nome de uma agenda institucional, eventualmente ética, que sugere apenas o produto ao julgamento real.

3 | A REGULAMENTAÇÃO COMO A EXPRESSÃO DA TRAJECTÓRIA SÓCIO-PROFISSIONAL E ACADÉMICA DOS ATORES

No seu discurso sobre o Estado da Nação, o Presidente da República João Manuel Gonçalves Lourenço (2018, p. 19) reconheceu, que “No ensino superior foi aprovado o estatuto da carreira docente [...] das normas curriculares gerais [...] e do regime jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior”. No entanto, esses normativos não sendo um fim em si mesmo, a sua operacionalização é condicionada pelas autonomias individuais e pelas liberdades prévias dos gestores, administradores e docentes das instituições, enquanto fundamentos que decorrem das suas trajetórias sócio-profissionais e académicas.

As normas produzidas para regulamentar as carreiras podem ser, instrumentalmente, percebidas como respondentes às preocupações formais, mas tenuemente ajustadas à génese dos problemas construtivamente diagnosticados. Longe de assegurarem a qualidade do ensino nacional evocado como fundamento para as reformas legislativas, solucionam explicitamente, problemas inerentes à acomodação e ao *status* dos decisores/legisladores, enquanto destinatários das decisões por força do estatuto autónómico. Ou seja, não regulamentam excluindo as suas trajetórias sócio-profissionais e académicas, mesmo se irrelevantes, sob pena de sua auto-exclusão.

As evidências desse pressuposto aparecem sempre visualizadas tanto nos critérios como nas regras, induzindo, claramente, a lógica de exclusividade e de blindagem organizacional em relação às gerações vindouras, mesmo sem recobrir os efeitos éticos na prestação real das instituições. Essa realidade sócio-organizacional permite, interpretativamente, aferir a preocupação com a ordem hegemónica, que com a missão institucional oficial. É certo que uma observação pretensamente ingénua que não desoculta as margens de “oportunismo” (Demsetz, 1995) pode supor a prevalência do escasso domínio de instrumentos de administração educativa, mas a enunciação de Salazar (1961) nos seguintes termos:

“Os povos naturais mostram-se sedentos de instrução, porque nela vêem o meio de valorizar-se, de melhoria económica e mesmo de ascensão política. Há que matar-lhes a sede, sem esquecer equilibrar as escolas nos graus médios e superiores com o desenvolvimento económico geral, sob pena de criar-se perigosamente um proletariado intelectual, dado à agitação pelo desemprego e à política pela ambição.” (p. 17).

Permite compreender a lógica das margens do oportunismo e de desconfiança dos atores organizacionais (MANUEL, 2013) que recobrem as normas e regras expressas em

leis, decretos, instrutivos e despachos.

O recente ECD do ensino superior aprovado em sede do Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto, estabelece como inovação (art. 4º), as classes das categorias de pessoal docente (professores e assistentes), contrariamente às versões anteriores dos ECD, como se a diferenciação fosse útil à concretização do produto. Na sequência, em substituição à categoria de professor titular (topo da carreira), foi introduzida a designação de professor catedrático (alínea a, número 2, art. 4º), apesar das caracterizações precedentes que indicavam a existência de 147 mestres e 7 licenciados que chegaram a essa categoria (Anuário Estatístico 2015). Um isomorfismo mimético quão simples e perigoso numa confrontação de pares, por tratar-se de uma categoria universal dessa natureza de instituições e pouco crida para contextualizações, salvo por lógica de confiança institucional.

Em termos de progressão da base ao topo da carreira, o novo normativo que revoga a versão do ECD de 1995 eleva para cerca de 17 anos (ambiguamente expressos), os 11 anos precedentes, acrescidos das condicionantes definidas pela regra do funcionalismo público (existência de vagas e de fundo salarial), expressando um claro *estatuto de envelhecimento docente*. Quanto aos indicadores de desempenho docente, o normativo apresenta-se algo brando ao evocar dois livros e três artigos para aceder a professor catedrático, deixando certa margem de legitimidade intelectual. Há pouca atratividade para as gerações futuras mas amplia, ao abrigo do art. 54º, o espaço de acomodação das gerações precedentes que beneficiaram do “provimento administrativo excepcional de docentes”. Assim, qualquer que seja o discurso político, procurando identificar a regulamentação como mecanismo de concretização da qualidade, esbarra com o determinismo das culturas sociais alojadas nas normas.

No âmbito da atualização das categorias na carreira do ensino superior, com a implementação do artigo 54º do Decreto Presidencial n.º 191/18, o regulamento S/N mobilizado para as provas públicas de gradação na carreira docente é da Universidade Agostinho Neto, publicado no Diário da República n.º 19 – II série, de 12 de Maio de 2000. O mesmo estabelece em relação ao júri para candidatos a Assistente, que “na falta de docentes com a categoria de Professor deverão ser indicados os Assistentes mais antigos da área de especialidade”. (alínea b, art. 8º). E mais, o Despacho do MESCTI orientava que “Nenhum vogal do júri da Prova Pública pode ter categoria inferior ou igual à do candidato [Sic]” (número 3, Despacho n.º 286/18, de 10 de outubro). Uma contraposição que recusa a realidade em que, docentes detentores de altas categorias na carreira e detêm baixos graus académicos e vice-versa.

Tratou-se de uma situação concreta cuja legitimidade sugerida é, tendencialmente, difusa. Pois, o mesmo Despacho (número 6) remete as instituições para a observância dos “trâmites estabelecidos no Regulamento das Provas Públicas na Universidade Agostinho Neto, publicado no Diário da República n.º 19 – II série, de 12 de maio de 2000”, indicação

contrariada pelo número 3 do referido Despacho, desvelando assim, um excesso simultâneo de remissões e rejeições normativas.

Uma contradição que evidencia o poder discricionário que recusa a história do país e da instituição, procurando legitimar as lógicas do jogo de distribuição do poder por via de mecanismos de demonstração da autoridade. Há o domínio claro de que alguns docentes alcançaram no passado, categorias de topo na carreira, independentemente da compatibilidade com o grau acadêmico, outros viram de forma desavisada, as suas carreiras congeladas por longos anos e outros ainda, foram vetados ao ingresso durante década e meia, independentemente do grau acadêmico e de suas valências de ensino e de investigação –, retidos à condição de colaboradores.

Quando em relação à presidência do júri, o Despacho estabelece que é presidido pelo “Titular do Órgão Executivo de gestão da respetiva Instituição Pública do Ensino Superior” (número 4), sem escrutinar as eventuais incompatibilidades de categoria ou de graus académicos detidos pelos titulares, verifica-se uma sugestão fraca da norma, porque a precedência histórica do país tem essa realidade vigente em algumas IES. Facto porque apreende-se a prevalência dessas decisões, como verdadeiras imagens dos atores que o reflexo das finalidades e opções formais das instituições.

Situação análoga observa-se no estatuto da carreira docente dos agentes de educação (Decreto Presidencial n.º 160/18, de 3 de julho) que adota para ingresso e de acesso de professores (art. 40º), uma discriminação que espelha claramente, a identidade das normas como a expressão das limitações e das forças dos decisores. Os intervalos definidos entre os graus académicos desproporcionam-se com o dos graus na carreira, desvelando-se uma preocupação real de acomodar socioeconomicamente os decisores, por boa parte desses ser assalariada na carreira docente e o grau na carreira compatibilizar-se com a remuneração. Observa-se o seguinte: (i) o técnico médio ingressa no 13º grau e progride até ao 10º; (ii) o bacharel ingressa no 9º grau e é promovido até ao 7º; (iii) o licenciado ingressa no 6º grau e atinge o limite no 3º; (iv) o mestre ingressa no 5º e é promovido até ao 2º grau; (v) o doutor ingressa, igualmente no 5º grau e progride até ao 1º.

Uma expressão clara da regra da feudalidade docente das gerações precedentes que eximiram, inclusive, a impessoalidade normativa que é natureza e princípio das leis. Não é crível que um ou dois anos que separam o bacharel do licenciado legitimem um diferencial de três graus na carreira, quando o diferencial de dois a quatro anos entre o técnico médio e o bacharel foi salvaguardado por quatro graus na carreira. O intervalo de dois anos entre o licenciado e o mestre justificou, nessa norma, um diferencial de um grau na carreira e o intervalo de três a cinco anos entre o mestre e o doutor não permitiu sequer, definir um grau de intervalo ao ingresso e apenas um na gradação ao topo. Um flagrante de enunciação fraca da norma que passa a ser um instrumento de competição de poder e talvez distante da garantia da qualidade.

O não escrutínio político de algumas dessas opções em circunstâncias de

diagnóstico, sobre a qualidade do ensino e sem uma fiscalização responsável em sede da aprovação das soluções de inversão positiva do problema, recobre a justificativa de que a regulamentação constitui o irrepreensível instrumento formal de acomodação social das precedências, por um lado, e de blindagem social das subseqüências, por outro. Assim, a qualidade a ser uma atualização social e institucional permanente, parte de seus elementos constitutivos pode ser blindada, ao passo que a não qualidade pode vir parte de seus elementos retomados na contemporaneidade, ainda que mitiguem a missão institucional.

Na história do ensino superior em Angola, apesar de muitos se orgulharem da qualidade, outros veem criticando o facto de docentes com o potencial de ensino gradarem para as categorias de base para a investigação científica (licenciados e mestres alcançaram as categorias de topo na carreira). Ainda assim, em “provimento administrativo excepcional de docentes” (art. 54º), gradaram mestres à categoria de professor auxiliar, mesmo com o potencial de investigação científica brando. Uma sucessão de avanços, de hesitações e de recuos que não só se reflete na legislação, mas também nas práticas e nas estruturas, como mecanismo de socialização organizacional.

À semelhança de empregos comuns da administração pública, o Estado obriga-se a proteger e a acomodar todos os que ingressem na carreira docente universitária, independentemente da sua produção efetiva, importa que nos 3 anos que antecedem as promoções, eles realizem algo para suprir os critérios. Uma desconformidade sócio-organizacional que expressa feudalidade, acomodação e blindagem. Três conceitos que pouco se compaginam com a resolução da problemática da qualidade, por serem as fontes reais da *inqualidade* de processos dinâmicos, como são o caso do ensino-aprendizagem, a investigação e publicação e a extensão e partilha de conhecimentos, cuja racionalidade burocrática, enquanto modelo de tomada de decisões, pelo seu caráter instrumental, escassamente escrutina esse desvio.

A fraca conceção de negociação e de concertação sindical dessa variante decisional fertiliza a cooptação do Estado pelos sindicatos, como reflete o Decreto Presidencial n.º 160/18, que aprova o ECD do ensino geral, definindo:

O período de destacamento do Professor conta para efeitos de promoção ou progressão na carreira desde que seja para exercer cargos ou outras funções em estruturas ligadas à educação ou serviço sindical da profissão, a nível nacional ou provincial. (número 3, art. 62º).

A prestação de serviços em órgãos do aparelho central e local do Estado não relacionados com a educação, levará à desvinculação automática na carreira, quando um número significativo de quadros em várias instâncias do Estado procede do setor da educação. Uma blindagem clara e assumida nos seguintes termos: “[...] caso pretenda regressar na carreira, [deve] participar de concurso público de ingresso” (número 2, art. 47º), como se tal contribuísse para a qualidade do ensino. A prática histórica do país, de cooptar quadros do setor da educação para em comissão ordinária de serviço prestar e

assumir funções nos órgãos locais e centrais do Estado é, por esta via, tacitamente, dada por terminada. Os titulares desses órgãos, parece estarem a ignorar a norma e prosseguem cooptando docentes para missões político-administrativas.

Na mesma norma, elencam-se critérios que corporizam o perfil do professor do ensino secundário (art. 18º), que apenas uma escola fundada na autonomia confere. Como um docente formado num contexto de abrandamento das liberdades intelectuais pode “desenvolver valores e atitudes que contribuem para a formação de cidadãos conscientes e participativos”? (alínea n, art. 18). Adiciona-se ao facto de a LBSEE estabelecer que “os currículos, planos de estudo e programas de ensino e os manuais escolares [...] têm carácter nacional e são de cumprimento obrigatório”. (número 1, art. 105). E o perfil do professor do ensino secundário expresso no ECD define no art. 18, que o professor deve “flexibilizar a implementação dos programas de ensino, adequando-os à diversidade dos alunos” (alíneas *J* e *k*).

Não havendo dispositivos que permitem desenvolver as autonomias individuais e uma suficiente liberdade intelectual, a investigação científica, a criatividade e a iniciativa diminuem; e os conteúdos que os professores ministram em contexto da sala de aula, não deixam de ser a reprodução da sua época. A construção de respostas organizacionais eivadas pela lógica de mandato e com pouca incorporação das lógicas profissionais e de projeto faz com que, a longo prazo, não tenha significado para a preocupação diagnosticada – a qualidade do ensino nacional. O recurso a conceitos e termos que impressionem a sociedade e o Titular do Poder Executivo é estratégia e fonte de legitimidade das respostas institucionais, cuja compreensão passa unicamente pela ressemantização.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma predisposição do Estado de fazer convergir o discurso da qualidade à praticidade, face à quantidade de normas e regulamentos que aprova e põe em marcha incidindo sobre o professor. A indagação sobre, em que medida a regulamentação pode assegurar a qualidade do ensino em Angola? permitiu aferir que o modelo decisório dominante (racional burocrático) é muito ténue e incapaz de incorporar um diagnóstico sócio-constructivista e técnico, com suficiência regulatória capaz de velar as limitações dos decisores.

Os atores nas esferas de tomada de decisão procuram subsumir nas normas, as suas ansiedades e vivências, condicionando, independentemente, de seus conceitos, preceitos e práticas sobre a qualidade, as finalidades politicamente definidas, acomodando-se nas normas e/ou blindando às gerações subsequentes. Parece ser esse último o indicador plausível de qualidade. Não basta evocar a palavra *qualidade* para que, na dimensão pragmática tenha o sentido e o significado desejados.

Quanto mais o significado e o sentido da qualidade são procurados por via da

regulamentação – racionalismo burocrático, sem escrutinar as liberdades prévias e as autonomias individuais dos atores decisores, registram-se simultaneamente, os retrocessos, avanços e recuos. O *déficit da qualidade do ensino* prossegue sendo imputável à administração e gestão do sistema nacional de educação, cabendo aos professores o mínimo possível decorrente dos mecanismos de socialização organizacional. Os professores compelidos pelo isomorfismo normativo e também coercivo elaboram respostas de adequação às leis e ao contexto, enquanto mecanismo de socialização organizacional por via do isomorfismo mimético.

Este cenário levou Manuel, T. (2017) a intitular a comunicação à 7ª Conferência da AFORGES em *Timor Leste: Qualidade do Ensino Superior em Angola: Um Embuste Histórico-Institucional*, para reflectir a impossibilidade de a regulamentação assegurar a qualidade, quando exige a história do país, das instituições e de seus atores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. & FREIRE, T. Metodologia da investigação em psicologia e educação. 5 ed. Braga: Psiquilibrios Edições, 2017.

ANGOLA. [Assembleia Nacional]. Lei n.º 17/16, de 7 de outubro de 2016. Dispõe as Bases Gerais do Sistema de Educação e Ensino e revoga a Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro de 2001. **Diário da República**, I Série, n.º 170, p. 3993-4013.

ANGOLA. [Conselho de Ministros] Decreto n.º 2/95, de 24 de março de 1995. Dispõe a estrutura orgânica da Universidade Agostinho Neto. **Diário da República**: I Série, n.º 12, p. 1024-1037.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 191/11, de 8 de agosto de 2011. Dispõe o estatuto da carreira docente do ensino superior e revoga o Decreto n.º 3/95, de 24 de março. **Diário da República**: I Série, n.º 118, p. 4111-4125.

ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 160/18, de 03 de julho de 2018 – Dispõe o Estatuto da Carreira Docente dos Agentes de Educação. **Diário da República**. I Série n.º 95, p. 3719-3733.

ANGOLA. Despacho n.º 286/2018, de 10 de outubro, da Ministra do Ensino Superior Ciência e Tecnologia sobre a tramitação dos processos de provimento administrativo excepcional. Luanda: Gabinete da Ministra.

ANGOLA. Regulamento das Provas Públicas na Universidade Agostinho Neto. Luanda: Publicado no **Diário da República** n.º 19 – II série, de 12 de maio de 2000.

COÊLHO, I. M. (2003). Educação Superior: Uma outra Avaliação. In L. F. Dourado; A. M. Catani & J. F. Oliveira (Orgs.), *Políticas e Gestão da Educação Superior. Transformações Recentes e Debates Atuais*. Goiânia/Brasil: Editora Alternativa.

DEMSETZ, H. (1995). *The Economics of the Business Firm: Seven critical commentaries*. Cambridge: Cambridge University Press.

LOURENÇO, J. M. G. (2018). Discurso sobre o Estado da Nação do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço. Luanda: Presidência da República. Recuperado em 21 outubro, 2018, de <http://www.governo.gov.ao/VerNoticiaPres.aspx?id=36578>.

MANUEL, T. (2013). *Cultura(s) Organizacional(ais) da Universidade Pública de Angola: Provimento da Carreira Docente*. Huambo: IPSN Editora.

MANUEL, T. (Novembro/2017). Qualidade do Ensino Superior em Angola: Um Embuste Histórico – Institucional. Actas da 7ª Conferência AORGES. Díli/Timor Leste:. Recuperado em 13 de Abril de 2018 <http://www.aorges.org/wp-content/uploads/2017/12/30-Qualidade-do-Ensino-Superior-em-Timor-Leste.pdf>.

MESCTI (2015). Anuário Estatístico do Ensino Superior. (2ª Edição). Luanda, Ministério do Ensino Superior.

SANTOS, J.E. (2014). Discurso sobre o Estado da Nação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Luanda: Presidência da República

SCHEIN, E. H. (1985). *Organizational Culture and Leadership*. London: Jossey-Bass Publishers.

WOODS, D. D. (1998). Designs are Hypotheses about How artifacts Shape Cognition and Collaboration. *Ergonomics*, 41, 168-173.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adelfos 11, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 101, 102
Ambiente Virtual 82, 84, 86, 120, 245, 248
Avaliação do Desempenho 12, 185
Avaliações 10, 4, 26, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 121, 126, 276

C

Carreira Docente 12, 18, 24, 104, 108, 111, 112, 113, 173, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 196
Cidadania 11, 28, 29, 43, 44, 69, 73, 75, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 89, 106, 126, 162, 198, 243, 271
Cidade 48, 51, 53, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 97, 128, 129, 141, 153, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 274, 294
Conciliação 12, 152, 159, 160, 161, 162, 165
Cor 13, 251, 252, 257, 258, 262, 266, 268
COVID-19 152, 153, 158, 159, 161, 162
Cultura 2, 7, 27, 29, 41, 44, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 63, 64, 75, 78, 79, 91, 94, 120, 131, 135, 136, 137, 139, 144, 173, 175, 176, 177, 184, 196, 200, 202, 210, 215, 216, 223, 232, 241, 243, 244, 275, 280, 302
Cultura Organizacional 173, 175, 176, 177
Currículo 11, 61, 70, 76, 78, 81, 127, 141, 163, 167, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 223, 245, 276
Cursos de Licenciatura 10, 19, 20, 24, 57, 59, 61, 64, 65, 66, 105, 224

D

Desenvolvimento Profissional 185, 194, 288
Desigualdades Sociais 116, 118, 120, 125, 126, 249
Desnaturalização 12, 197, 203, 204, 206, 208
Docência 21, 22, 23, 24, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 105, 106, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 148, 149, 150, 163, 165, 166, 168, 170, 188, 194, 278, 279, 285, 290, 302

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 43, 44, 45, 49, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 81, 82, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 109, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 130, 142, 143, 144, 146,

147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 171, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302

Educação a Distância 11, 116, 117, 118, 119, 120, 127, 156, 161, 250

Educação para o consumo 26

Educação Prisional 1, 2, 5

Ensino 10, 11, 12, 13, 4, 10, 11, 12, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 76, 81, 82, 83, 85, 86, 104, 106, 110, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 140, 141, 142, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 263, 268, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Ensino-aprendizagem 10, 46, 47, 54, 55, 104, 110, 111, 113, 128, 140, 154, 166, 181, 213, 221, 289

Ensino de língua portuguesa 26, 31, 43, 56

Ensino de Sociologia 197, 202, 203, 204, 208

Ensino Superior 12, 13, 58, 62, 63, 64, 114, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 195, 196, 218, 219, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302

Escola 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 31, 40, 41, 42, 43, 45, 55, 59, 62, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 114, 115, 127, 128, 129, 131, 134, 148, 182, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 215, 217, 222, 226, 232, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 247, 269, 274, 289

Escola em Tempo Integral 10

Estágio Supervisionado 10, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 165, 167, 168

Estatuto da Carreira Docente 173, 178, 180, 183, 185, 186, 195

Estranhamento 12, 74, 197, 203, 204, 206, 208

Etnomatemática 210, 216, 219, 221, 222, 223

Expansão 13, 28, 50, 156, 162, 186, 189, 191, 195, 200, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 291, 292, 297, 299, 300

F

Filosofia da Diferença 116, 120, 122

Formação de professores 12, 56, 58, 59, 65, 67, 104, 109, 113, 119, 127, 143, 149, 150, 163, 164, 168, 171, 210, 214, 236, 240, 247, 270, 289, 302

Formação Docente 12, 17, 18, 21, 41, 57, 59, 63, 64, 65, 104, 110, 111, 113, 144, 149, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 211, 213, 240, 241, 249

Formação dos Profissionais da Educação 13, 270

G

Geografia 16, 17, 32, 72, 81, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 154, 156, 162, 223

H

História em quadrinhos 11, 128, 130, 132, 141

I

Identidade Profissional 104, 114

IFSP 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114

Importância 10, 11, 13, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 30, 31, 41, 55, 59, 60, 70, 79, 83, 86, 87, 88, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 120, 125, 128, 130, 131, 139, 144, 170, 191, 202, 206, 228, 241, 243, 245, 247, 249, 275, 278, 281, 283, 289, 295

Imprevisibilidade 90, 100, 101, 188

Inovação. Metodologia 116

Instituições Privadas 13, 161, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 292, 297, 299

Investigação 1, 2, 31, 34, 52, 138, 167, 173, 175, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 190, 193, 194, 196, 233, 245, 251, 252

J

Jogos Didáticos 10, 11, 13, 15, 16

L

Letramento em Marketing 10, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 43, 44

Léxico 10, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56

Licenciatura Intercultural 210, 211, 213, 214, 215, 223, 224

Linguagens 30, 31, 39, 40, 61, 128, 129, 131, 207

M

Metodologia Ativa 10

Monitoria 12, 65, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

N

Neoliberalismo 13, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Neossujeito 13, 270, 271, 272, 273

O

Observação 10, 7, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 65, 77, 138, 140, 173, 178, 186, 204, 215, 219, 251, 263

P

Patrimônio 252, 256, 263, 268, 300

Percepção 11, 19, 22, 29, 72, 86, 130, 143, 146, 148, 149, 163, 165, 177, 241, 248

PIBID 11, 66, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 168, 302

Prisão 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

PROUNI 291, 292, 293, 296, 297, 298, 299, 300

Q

Qualidade 12, 21, 24, 25, 58, 59, 60, 110, 111, 113, 117, 119, 134, 149, 150, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 196, 245, 247, 275, 276, 279, 289, 297

R

Recepção Contemporânea 90

Redes Sociais 29, 30, 82, 85, 87, 88, 118

Regulamentação 12, 28, 173, 174, 178, 179, 181, 182, 183, 194, 198, 214, 296

Representação Social 143, 145, 146, 148, 150

Residência Educacional 10, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 68

Responsabilidade 5, 29, 42, 82, 86, 87, 93, 96, 98, 121, 170, 171, 188, 197, 243, 247, 280, 300

S

Saberes 16, 43, 55, 57, 65, 94, 116, 117, 119, 123, 125, 126, 127, 150, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 243, 250, 258

T

Teatro/Poética do Oprimido 197, 200, 204

Terêncio 11, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 101, 102

Território 11, 53, 55, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 81, 84, 213, 218, 219, 228, 229, 234, 293, 297

Tomada de Decisões 173, 176, 181

U

Uso Seguro 82, 85, 88

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

5